

A grande imprensa e o PT (1989-2014)

FERNANDO ANTÔNIO AZEVEDO

São Carlos: Edufscar, 2017. 222p.

*Lincoln Secco**

O livro de Fernando Antônio Azevedo é mais uma importante contribuição a uma ampla literatura recente sobre o Partido dos Trabalhadores. Sua ênfase é a relação do PT com a mídia.

A obra propõe três teses: 1) a grande imprensa atuou no campo da mídia paralelamente às forças políticas de centro-direita; 2) esse alinhamento da imprensa com a centro-direita não é casual ou fortuito, pois está fundado numa concepção de mundo de orientação liberal histórica e socialmente enraizada; 3) tanto no passado quanto no presente, as temáticas instrumentalizadas pela grande imprensa contra as forças de centro-esquerda foram o radicalismo-populismo e a corrupção (p.200-206).

Amparado por bibliografia especializada sobre partidos e acerca da relação entre sistema político e mídia, o autor estrutura seu livro a partir da discussão teórica sobre o conceito de paralelismo político e modelos de jornalismo: o corporativista-democrático (norte e centro da Europa); o liberal (Atlântico Norte) e o pluralista polarizado (mediterrânico). Embora a obra também pudesse ter se detido com mais vagar nos exemplos da América Latina, o autor vai além da taxonomia e excursiona por determinados momentos da história, de forma sucinta e clara.

Nos países ricos ou sem a desigualdade social brasileira, a competição eleitoral se dá num sistema político estável no qual as diferenças entre os partidos são meno-

* Professor de História Contemporânea da USP. E-mail: lsecco@usp.br

res. A maioria da população compartilha um consenso em torno do capitalismo (a depender do país, mais social-democrata ou mais liberal) e da democracia. Porém, no Brasil, o sistema não se mostrou estável e as diferenças programáticas entre PT e PSDB, por menores que possam parecer, foram suficientes para alimentar uma alta polarização social.

A primeira tese do autor é a da simbiose entre as forças políticas de centro-direita e os conglomerados empresariais de mídia. Esse paralelismo político não seria apenas uma troca pragmática de favores, mas, como a segunda tese do autor propõe, é resultado de uma ideologia específica. Ela estaria fundada no liberalismo e na oposição ao nacional-desenvolvimentismo. Foi no quarto governo petista que predominou na grande imprensa a crítica à “nova matriz econômica” ou “neodesenvolvimentismo”. E, por mais que economistas de esquerda não tivessem um acordo sobre essa nomenclatura, os de direita tinham. Nos principais jornais e programas de TV, é visível a predominância quase absoluta da naturalização do discurso liberal como o único dotado de racionalidade e credibilidade.

Azevedo também reconstitui a história dos grupos de mídia e compara sua atitude perante Vargas e Lula. Esse cotejo mostra a correspondência de temas que ilustram a terceira tese do autor, a de que o radicalismo, o populismo e a corrupção foram invocados contra as forças de centro-esquerda tanto no passado quanto no presente. Cabe ressaltar que, nos anos de formação do PT, o populismo foi menos mobilizado contra o partido porque ele nasceu com uma forte crítica ao trabalhismo e à CLT. Além disso, a liderança de Brizola ainda era forte, embora concentrada regionalmente.

Uma vez no poder, o partido se afastou de protestos públicos e reavaliou o legado de Vargas, Jango e Brizola, enquanto a imprensa, depois de um efêmero idílio em 2002, passou a confrontar o “populismo” petista. Entretanto, a trégua de 2002, apontada e mensurada pelo autor, não pode ser atribuída somente à moderação do discurso petista simbolizada na “Carta ao povo brasileiro”. É possível acrescentar dois outros elementos: o receio de que o PT fizesse um governo radical e a tentativa de pautar o setor majoritário do partido, impondo-lhe os dogmas liberais do momento – manutenção do tripé macroeconômico, o compromisso com a Lei de Responsabilidade Fiscal e a reforma da previdência.

Essa operação da grande imprensa foi bem-sucedida porque, na esquerda, já havia um meio social interno receptivo. E, de fato, a mídia monopolista não só levou o governo a adotar grande parte da agenda liberal, como o fez nutrir a ilusão de que ela própria não precisava ser regulada. Embora setores cada vez mais influentes do PT afirmassem essa necessidade, especialmente no segundo governo do partido, os principais líderes jamais se comprometeram com essa pauta.

Desde o “Mensalão” (2005), contudo, voltou a ladainha do “mar de lama” usado contra Getúlio Vargas. Concomitantemente, o que havia sido o peronismo e a “República Sindicalista” na época do governo eleito de Vargas tornou-se o chavismo e o bolivarianismo nos governos petistas. Mobilizou-se, sempre com sentido pejorativo, o chamado populismo latino-americano, termo que tem uma

complexa trajetória acadêmica, mas que foi sempre pasteurizado na mídia para atender ao gosto e à mentalidade de classe de seus consumidores.

O que nós, leigos, sempre nos perguntamos é: por que em outros países há diversidade, e diferentes grupos da sociedade civil se expressam através de grandes jornais de inclinação liberal, conservadora e, em alguns casos, até social-democrata, enquanto no Brasil uma só voz monocórdia o faz, inclusive sem diversidade interna?

Os leitores dessas empresas de comunicação pertencem às camadas médias ou à classe alta, de perfil mais conservador. Isso explica por que há uma permanência histórica de um jornalismo fortemente opinativo e orientado para as elites. A relação entre empresas de mídia, público e a direita não é linear, mas tecida por uma rede complexa de interesses mútuos, às vezes divergentes. Ocorre que, numa situação de monopólio, não há saída para o discurso de esquerda senão usar o diminuto pedaço de jornal que lhe cabe.

Intelectuais engajados e uma série de outros profissionais de distintas orientações ideológicas transformam o capital simbólico acumulado junto aos órgãos de imprensa em ativo político e até pecuniário. Embora o autor não adentre essa seara, pode-se dizer que a esquerda funciona como o eletrodo negativo de um circuito de reprodução da ideologia conservadora. Não há juízo de valor aqui. O pensamento progressista precisa aparecer, mesmo que, em troca, sustente a contragosto o discurso midiático de pluralismo dos meios de comunicação.

Os dados sobre manchetes e editoriais dos jornais levantados por Azevedo ao longo do livro mostram uma cobertura muito negativa do PT. O autor sabe que os jornais e revistas brasileiros, comparativamente aos de países estrangeiros, têm uma circulação muito baixa. No entanto, conforme suas palavras, eles “têm um potencial de agenda e influência na formação da opinião pública, ao pautar o jornalismo televisivo e repercutir nos *sites*, nos *blogs* e nas redes sociais” (p.69). Como há uma centralidade absoluta da televisão e uma propriedade cruzada de meios de comunicação, os jornais são muito importantes. Lembremos que 90% da mídia no Brasil é controlada por uma dúzia de famílias (p.75).

A relação do PT com a imprensa nunca deixou de ser motivo de reflexão de seus dirigentes e militantes. O debate sobre a necessidade de uma imprensa própria, como foi o caso dos partidos comunistas francês e italiano, citados por Azevedo, foi bloqueado politicamente pela impossibilidade de centralizar uma rede de recursos dispersos em movimentos sociais, clientelas de mandatos parlamentares e, especialmente, sindicatos ligados à CUT.

No século XXI, o tema se tornou preocupação de pesquisadores acadêmicos, e cresceram os estudos que combinaram a perquirição da rejeição das empresas de mídia à esquerda com uma mensuração científica da cobertura de imprensa, utilizando-se a Metodologia de Análise de Valência e um adequado arcabouço teórico. Esse é mais um mérito do livro.

Cientista político, o professor Fernando Antônio Azevedo não deixa de recorrer à história de forma apurada. Uniu, assim, amplo conhecimento do objeto, um sério esforço de pesquisa e uma irretocável análise de dados.